



PLANETA FAVELA

DAVIS, MIKE

TRADUÇÃO DE BEATRIZ MEDINA. POSFÁCIO DE
ERMÍNIA MARICATO. SÃO PAULO: BOITEMPO,
2006, 272 P.

ISBN: 85-7559-087-1

Tom Angotti

pós-
357

NOVAS TEORIAS ANTI-URBANAS PARA AS METRÓPOLES: “PLANETA DE FAVELAS” E REGIONALISMO APOCALÍPTICO¹

“Uma pessoa de fora poderia passar pela rua Miguel e dizer: ‘Favelas!’ porque não conseguiria ver nada mais do que isso. Mas nós, que lá vivíamos, víamos nossa rua como um mundo, onde todos nós éramos indivíduos, bem diferentes uns dos outros.”

N. S. Naipaul, *Rua Miguel*

(1) *Paper* apresentado na Conferência da Associação do Colegiado das Escolas de Planejamento, 27 de outubro de 2005, em Kansas City, Missouri, EUA. Revisado em 12 de dezembro de 2005.

O livro *Planeta favela*, de Mike Davis (2004), descreve um mundo que se urbaniza cada vez mais, com gigantescas regiões metropolitanas, com mais pobreza, cada vez mais envolvido com o evangelismo de extrema direita, e com pouca esperança em qualquer outra alternativa progressista. Embora Davis tenha, muitas vezes, ajudado na exposição dos efeitos catastróficos provocados pelo capitalismo global no mundo urbanizado, essa sua última mensagem está coalhada de retórica antiurbanística, remanescente da era vitoriana, refletindo um olhar sobre o mundo das cidades, ingenuamente centrado nos EUA, e que conduz os ativistas urbanos ao desespero ou à ênfase renovada na filantropia como o remédio para os males urbanos.

Davis utiliza metáforas que comparam as cidades a processos incontroláveis, como os vitorianos os quais associavam epidemias devastadoras ao crescimento da classe operária urbana. Para Davis, a cidade do México é uma “gigantesca ameba”, e Lagos está crescendo como uma “supernova”. Estamos testemunhando uma “enorme crise moral em nossa história”, ao mesmo tempo em que nossas cidades estão consumindo o planeta. Essa “superurbanização” e “urbanização sem industrialização” estão produzindo “megacidades” e “hipercidades”. Sua crítica inclui seções que nos levam “De volta a Dickens” e ao “Big-Bang da pobreza urbana”. Ele vê “*um mundo favelado à volta de enclaves fortificados onde moram os ricos urbanos*”, mas vazio de trabalho socializado, que ele considera a única esperança para o urbanismo progressista. Qualquer um disposto a dedicar um momento para explorar a

diversidade das cidades e dos movimentos urbanos fora dos EUA olhará essas hipérboles como retórica barata e não como ciência séria.

A análise de Davis segue e é baseada em um dos últimos relatórios do Habitat/ONU sobre urbanização (NAÇÕES UNIDAS, 2003). Enquanto Davis e o Habitat trazem à tona uma lembrança deveras necessária sobre o fato de a maior parte do mundo estar muito longe das minorias que, bem vestidas e ligadas na internet, vivem na abundância do consumismo, essa abordagem em relação às regiões metropolitanas, em uma escala global, faz renascer o medo das cidades e de seus moradores da época vitoriana, não leva em conta os aspectos progressistas da era metropolitana, e substitui estratégias progressistas por uma retórica apocalíptica. Embora não tenha sido, claramente, essa a intenção de Davis e da ONU, é para isso que seus trabalhos conduzem. Claramente o Habitat/ONU passa a maior parte de seu tempo tentando chocar os países doadores para que façam algo para a população urbana pobre, mas é difícil imaginar o porquê da abordagem de Davis. Para um pensador que se orgulha de suas raízes marxistas, essa abordagem está mais próxima da postura moralizante a qual Friedrich Engels denunciou em seus clássicos *A questão da moradia e Socialismo utópico e científico* (1969, 1975). A visão de Davis se parece mais com a visão de outro pensador progressista, Lewis Mumford (1961), de quem as apresentações apocalípticas sobre as crises das cidades gigantes foram o acompanhamento filosófico das políticas elitistas de austeridade social e filantropia (ANGOTTI, 1993, p. 7-9).

E, para os urbanistas progressistas, o termo “favela”, tem sido refutado há muito tempo, pois desvaloriza as comunidades e ajuda a racionalizar os gigantescos planos de recuperação urbana que resultam no deslocamento forçado das populações pobres. Assim que os locais onde essas comunidades moram são qualificados como disfuncionais, perigosos, geradores de crimes, eles se tornam objeto de planos de remoção, muitas vezes de forma violenta. O ativista Mel King fala: *“Quando eu estava na universidade, aprendi que eu vivia em uma ‘favela’... alguém havia definido a minha comunidade de tal forma que lhe permitia justificar sua destruição.”* (KING, 1991)

A busca de um novo regionalismo progressista precisa ir além de simples modelos dualistas e de condenações moralistas abrangentes, e deve incorporar a compreensão de uma dinâmica social e política complexa nas diversas regiões metropolitanas do mundo. Análises apocalípticas de regiões metropolitanas podem, facilmente, conduzir à resignação desesperançosa diante do crescimento do capitalismo e da expansão urbana. A mensagem a acadêmicos e aos urbanistas progressistas é sempre: não há alternativas (em inglês: *there is no alternative* – TINA) (ANGOTTI, 1996). É importante examinar cuidadosamente o conteúdo político dos movimentos sociais urbanos pelo mundo e evitar a tendência de considerá-los meramente produtos da informalidade urbana ou paroquialismo (LATIN AMERICAN PERSPECTIVES, 1994). A tentativa do Fórum Social Mundial, de reunir os movimentos locais para a busca conjunta de alternativas progressistas globais não poderia sobreviver, se o panorama fosse tão desesperador como Davis o faz parecer.

O nascimento da metrópole

O ponto inicial para o regionalismo progressista é o entendimento de como as regiões metropolitanas diferem qualitativamente de prévios assentamentos urbanos. Elas aconteceram não por uma “explosão”, mas como resultado de uma evolução longa e complexa iniciada há pelo menos um século, trazendo, certamente, uma diferença qualitativa. Essa compreensão deverá ajudar a proposta de novas estratégias

de planejamento e mudanças políticas que levem em consideração essas diferenças qualitativas. Estratégias anteriores, progressistas e quaisquer outras, dirigiram-se ao que é visto como problemas das cidades antes da era metropolitana. Como Peter Hall observou, *“o planejamento urbano do século vinte, como um movimento político e intelectual, representa essencialmente uma reação aos males da cidade do século dezanove”* (HALL, p. 7). O planejamento urbano parece ser sempre reativo ao invés de pró-ativo e esperançoso, consistente com as políticas sob as quais os planejadores estão trabalhando. As ideologias futuristas e utopistas que entram nas discussões de planejamento são, normalmente, marginalizadas ou utilizadas seletivamente para justificar objetivos pragmáticos e específicos.

A metrópole é uma forma de assentamento humano qualitativamente distinta que emergiu em todas as regiões mais importantes do mundo durante o século 20. É muito maior, mais complexa em termos de sua economia, sua cultura, sua política, e possui um papel central muito mais forte dentro do crescimento global do sistema capitalista (ANGOTTI, 1993). Ela não é mais a cidade industrializada ou manufatureira, mas sim um complexo de distritos urbanos e suburbanos, incorporando elementos da cidade e do campo. Ela pode ser fragmentada internamente e/ou espalhada, dependendo do regime econômico sob o qual ela se desenvolveu. Se utilizarmos o critério de tamanho e olharmos para as cidades com mais de 750.000 habitantes², em 2000 havia, aproximadamente, 340 metrópoles nas quais mais de um bilhão de pessoas habitavam, uma em cada seis pessoas no mundo. De acordo com Davis, hoje há 400 cidades com mais de um milhão de habitantes. Mas, com um truque de prestidigitador, Davis prossegue, falando que quase a metade do mundo, 3,2 bilhões de pessoas, agora vivem em cidades. Não diz qual a definição de “urbano” está usando para contar esses 3,2 bilhões de pessoas. Talvez seja a definição comumente utilizada pelas análises demográficas da ONU, a qual depende da definição específica de cada país sobre o que é “urbano”. Essa definição varia muito e, em alguns países, inclui assentamentos com apenas 2.000 pessoas. O resultado desse truque é que reforça o urbanismo apocalíptico. De fato, em 2.000 não mais de 16% da população mundial vivia em regiões metropolitanas, e, para ser generoso, poderíamos dizer que, hoje, esse percentual não deve ser muito maior do que 20%.

Não há dúvida que o mundo está se urbanizando rapidamente, mas as cidades que mais crescem não são as maiores regiões metropolitanas. Nas pequenas e médias cidades o maior crescimento está ocorrendo. Muitas das cidades de pequeno e médio portes no mundo estão inseridas em economias que ainda estão fortemente ligadas à produção agrícola. De acordo com o Programa de Desenvolvimento da ONU, 800 milhões de pessoas trabalham em agricultura urbana (HABITAT, 2001, 2004).

Mas o ponto crítico aqui é: mesmo que a afirmação de Davis de a metade do mundo estar urbanizada fosse verdade, por que ele vê isso como um problema? Mesmo sendo pobres, os moradores das cidades tendem a ter um padrão de vida mais alto do que as populações rurais, e maior acesso a bens de consumo, informação, tecnologia e vida cultural.

A metrópole global

As 350-400 maiores cidades do mundo constituem, em sua maior parte, um conjunto de regiões metropolitanas com papel funcional econômico transnacional e global, e têm sido chamadas de “cidades globais” por Saskia Sassen (SASSEN, 1991). Elas são os centros dominadores do capital financeiro global. Muitas delas são pólos de atração de trabalho para imigrantes, também com periferias internas e setores informais a representarem um “Terceiro Mundo interno”.

(2) Mesmo sendo arbitrário, esse número ajuda a separar assentamentos suficientemente grandes para dispor de serviços urbanos que não existiriam em cidades menores, tais como sistemas de trens urbanos, centros culturais regionais e centros financeiros.

Mas isso não é simplesmente um caso de “hiperurbanismo” ou de gigantismo urbano cruzando fronteiras. A verdade é que pelo menos três quartos da população do mundo vive fora dessas 400 cidades-gigante, estando à mercê da força de atração do capitalismo global, exceto em sua periferia. As 400 regiões metropolitanas estão distribuídas de forma relativamente igual no mundo, mais ou menos de acordo com as proporções da população mundial, com uma possível exceção representada pela África (com um menor número de grandes cidades) e pela Oceania (com um maior número delas, a maioria na Austrália). As Américas tendem a possuir mais e maiores grandes metrópoles, a Europa tende a abrigar menores. Sassen (1998) fala sobre a “nova geografia da centralidade e da marginalidade”, não mais somente da centralidade. De fato, a urbanização da população mundial é dificilmente um fenômeno linear e está repleta de contradições enormes, ambigüidades e complexidades. Para os progressistas, compreender essas contradições e complexidades é essencial para desenvolver estratégias políticas, especialmente em âmbito local, enquanto leve em conta as similaridades que possam ajudar a criar coalizões e estratégias em âmbito global. Como Andy Merrifield denota, o uso da dialética é crítico para a compreensão da *“ambigüidade do urbanismo contemporâneo e da urbanização”* (MERRIFIELD, 2002, p. 15).

A metrópole dos EUA

De fato, há muitas variedades diferentes de regiões metropolitanas no mundo. O processo de urbanização é mediado em todos os lugares por fatores políticos, geográficos, culturais e econômicos. Talvez o modelo que apresente a maior influência seja aquele da metrópole dos EUA, mas, em uma escala global, somente uma pequena porcentagem da população do mundo vive dentro das fronteiras das regiões metropolitanas norte-americanas.

A metrópole dos EUA é fragmentada, extremamente espalhada e dividida em enclaves públicos e privados. Entretanto, esse símbolo urbano do capitalismo do mercado livre é o produto do mais ambicioso plano de infra-estrutura subsidiado pelo poder público no mundo – as 50.000 milhas do sistema de rodovias e o sistema nacional de financiamento de moradias. Ainda assim, esse processo nacional homogêneo de urbanização produziu diferenças significativas. Como David Rusk (1993) tem mostrado, há múltiplas variedades de regiões metropolitanas nos EUA, e ele acredita que regiões “elásticas”, nas quais as fronteiras políticas são flexíveis e expandem-se de acordo com a população, são, potencialmente, as mais inclusivas e viáveis para um planejamento abrangente. Compreender essas diferenças é crítico para o desenvolvimento de estratégias progressistas.

Não é o tamanho das metrópoles norte-americanas que têm provocado a preocupação e desagrado dos urbanistas progressistas, nem suas “favelas”. Primeiramente, e mais crucialmente, tem sido a permanente desigualdade racial; pela história dos EUA temos de reconhecer o papel único e superpoderoso da discriminação racial nas políticas urbanas (POWELL, 2000). Em segundo lugar, os urbanistas progressistas estão preocupados com a dispersão urbana – mas isso é uma preocupação de quase todos os urbanistas, não dependente de sua visão política. O Crescimento Inteligente (Smart Growth), o novo urbanismo, e o desenvolvimento determinado pelo tráfego são todos receitas aceitas pela maioria para a dispersão e baixa densidade, mas os progressistas têm também enfatizado a necessidade de abordagens a afetarem, diretamente, as desigualdades sociais e econômicas, independentemente de suas características espaciais. Progressistas como Jon Powell chamam a atenção para as raízes raciais da dispersão, sem diminuir o significado de suas conseqüências a longo prazo para o meio ambiente e para a saúde pública.

A falácia metropolitana

E aqui chegamos à armadilha teórica central na qual Davis caiu – a clássica falácia urbana. Na era das metrópoles, podemos chamá-la de falácia metropolitana, falácia da megacidade ou a falácia da megalópole. Manuel Castells já havia identificado isso em sua clássica crítica ao urbanismo centralizado (*mainstream*), *A questão urbana* (1977). A Escola de Sociologia Urbana de Chicago criou a falácia que o problema dominante era a forma física do assentamento humano –isto é, a cidade. Louis Wirth (1964) alegou que as cidades eram muito grandes, populosas e socialmente heterogêneas, a premissa das teorias da Escola de Chicago que aliam essas características com o que eles consideraram o problema das cidades. Essas visões contrabalançaram as tentativas de concentrar a atenção sobre o papel da desigualdade econômica e do desenvolvimento do sistema capitalista que a reproduzia.

A cidade industrial não era o problema, e a metrópole “pós-industrial” não é a questão. Mas, certamente, há sérios problemas relacionados ao tamanho das metrópoles? Sim, há deseconomias de escala, sérios problemas ambientais associados com o uso intenso de energia e automóveis, e os conseqüentes problemas de saúde pública. Mas enquanto esses são desafios a serem enfrentados pelos urbanistas, não são simplesmente relacionados ao tamanho da cidade, e o potencial para resolvê-los é muito maior nas grandes regiões metropolitanas do que nas cidades menores. Certamente, hoje já está dentro das possibilidades existentes a criação de regiões compactas com alto nível de transporte público, nas quais as políticas favoreçam o uso de energia renovável e projetos sustentáveis. Assentamentos compactos podem oferecer excelentes condições para o desenvolvimento de formas de consumo coletivo e com menor desperdício, que encorajem a expansão da interação entre as pessoas. Com a criação de infra-estruturas físicas e sociais, o potencial de redução e eliminação das desigualdades sociais é muito grande. Acreditar que isso vá acontecer automaticamente é, obviamente, tão enganador quanto acreditar que todos os males sociais são determinados pela forma do assentamento humano. Essas crenças são, na verdade, os dois lados da mesma moeda do determinismo físico.

Se alijarmos inteiramente qualquer papel determinístico para a cidade, eliminaremos também uma importante oportunidade para uma mudança progressista. A chance de as áreas rurais do mundo se desenvolverem e seguirem políticas ambientais sólidas ao mesmo tempo é muito baixa. De fato, a urbanização dos EUA está baseada nesse tipo de modelo de dispersão urbana com baixa densidade, a qual está entre os mais excludentes modelos, do ponto de vista social e em relação à devastação do meio ambiente no mundo. O modelo europeu de cidades compactas é talvez um pouco melhor, mas, se for dominante, estaremos enfrentando um futuro contraditório, no qual as cidades mais ricas do Norte estarão relativamente livres da poluição, enquanto as cidades mais poluídas do mundo estão hoje no Sul. Então, não é a cidade nem a metrópole o verdadeiro problema, mas sim os modelos econômicos em torno dos quais elas se desenvolveram, isto é, as formas específicas do desenvolvimento capitalista.

A teoria da Escola de Chicago forma cientistas sociais que repetem o mito de a pobreza urbana ser, necessariamente, um componente da cidade grande, ao mesmo tempo ignorando a realidade. As grandes cidades, com todos os seus sérios problemas, representam um passo à frente, da mesma forma que o capitalismo representou quando substituiu o feudalismo. A razão pela qual muitas pessoas continuam a migrar para as cidades é a qualidade de vida nas áreas rurais ser muito pior. Nas áreas rurais, o acesso ao trabalho, a moradias melhores e a uma vida cultural são muito mais difíceis, a despeito dos atuais avanços na tecnologia de comunicações (mesmo porque a maioria do mundo não tem telefone e a maior parte

dos telefones celulares, internet, cafés, e cabos de alta velocidade estão localizados em grandes cidades).

Marx compreendeu como a urbanização capitalista exacerbou agudamente a divisão entre rural e urbano, mas ele também entendeu ser isso parte integral do desenvolvimento do capitalismo que, em si mesmo, era um avanço histórico. Ele considerou que a volta à vida rural pré-capitalista não seria historicamente progressista. Enquanto Engels registrava as condições miseráveis de vida nas cidades industriais inglesas (1973), também criticava os esquemas utópicos socialistas da época, os quais tentavam recriar assentamentos pré-capitalistas como se fossem a solução dos problemas urbanos (1969). Engels criticou outros progressistas da época por tentarem remediar os males do capitalismo, tais como moradia urbana insalubre e precária, sem buscar transformar o capitalismo em si (ENGELS, 1975). Engels criticou os argumentos moralistas que culpavam os pobres (e suas moradias e bairros) pela pobreza em si, e os reformistas que promoviam filantropia e austeridade social como soluções. Os moralistas de hoje em dia, inclusive a burocracia da ONU, fixam-se em extrair mais “ajuda” dos países desenvolvidos – que podemos chamar de filantropia globalizada – e educar os pobres a serem empreendedores com o uso de microcrédito e poupança – que podemos chamar austeridade local – sem realmente discutir as desigualdades estruturais.

Comunidades, não favelas

O que tantos chamam de “favelas” são, de fato, comunidades nas quais a maioria dos trabalhadores do mundo e suas famílias vivem. Castells (1983, 177-178) catalogou “favelas e invasões” nos países em desenvolvimento, mas ele seguiu uma metodologia que, hoje, não seria mais aceitável aos progressistas (e é duvidoso que, em qualquer tempo, tenha sido aceitável). “Favela” é um termo tão abrangente, que requer uma definição precisa.

A pesquisa urbana nas últimas três décadas tem sido na direção da descrição e análise de uma maior articulação dentro das “favelas”, expondo a existência de populações e áreas com grande variação de níveis de renda, níveis de emprego, qualidade de vida, etc. O que pode parecer para alguém de fora uma vasta e homogênea “favela” é, de fato, uma comunidade muito diversa para uma pessoa que lá vive. Organizações de base em áreas ocupadas necessitam lidar com uma classe média emergente e relativamente estável, novos e antigos imigrantes, um mercado de propriedade em evolução e a institucionalização de relações políticas formais. Esses fenômenos estão no cerne de pesquisas recentes a irem além da simples análise dualista de “favelas”. Um bom exemplo de estudo articulado e profundo é o de Keith Pezzolli (1998) sobre uma área da Cidade do México.

Urbanização com industrialização

Outro jargão que Davis levanta e precisa ser deixado de lado é a noção de “urbanização sem industrialização” ser o problema. Na era da produção flexível e das *sweatshops*, é muito difícil encontrar uma grande região metropolitana que não tenha algum nível de produção industrial. Mas mesmo antes da última onda de globalização, o mesmo fenômeno já existia. As diferenças entre a industrialização dos países menos desenvolvidos e dos países capitalistas desenvolvidos têm sido sempre significativa – os países menos desenvolvidos sempre dispõem de menos investimento de capital *per capita*, salários menores (incluindo salários sociais), crescimento sustentado por exportação e economias menos diversificadas, ao que se adiciona a reprodução das dependências a remontarem aos tempos coloniais. Como resultado, as

idades cresceram sem as melhorias na qualidade de vida que caracterizam as cidades dos países desenvolvidos. Então o desenvolvimento industrial foi e é central à urbanização em todo o mundo em desenvolvimento.

Algumas poucas indústrias de exportação em nações pobres e rurais podem estimular uma grande massa de imigrantes para áreas urbanas, mas isso não é muito diferente do efeito causado pelas fábricas de Birmigham, Inglaterra, há mais de um século. Entretanto, hoje em dia há um problema maior. Com a expansão das infra-estruturas globais de comunicações e de transporte, as cidades em países menos desenvolvidos são cada vez mais uma reserva latente de mão-de-obra para os países desenvolvidos, onde imigrantes sem suas famílias trabalham e mandam dinheiro para seus países de origem. Em nações menos desenvolvidas, a unidade familiar pode ser reproduzida a custos muito mais baixos, dessa forma diminuindo salários nos países desenvolvidos. Adicionalmente, indústrias e agricultura em países em desenvolvimento estão sendo destruídas devido à competição com produtos importados a oferecerem custos cada vez mais baixos. Anunciar um produto, agressivamente, cria mercados para produtos importados ou produtos produzidos localmente por corporações transnacionais, subvertendo as indústrias locais. Reprodução é tão importante quanto produção, tanto para o capital quanto para o trabalho. De qualquer maneira, então, temos a urbanização, sem que o capital tenha de pagar a quantia justa para a reprodução da classe operária. Chamar isso de urbanização sem industrialização é simplificar, de forma grosseira, o processo.

Davis termina sua análise com uma extensa lamentação sobre o crescimento do evangelismo nas cidades dos países pobres que nos empurra, cada vez mais, para um canto de desesperançada resignação às forças do capitalismo e do crescimento urbano. Davis ignora a influência muito maior do evangelismo nas áreas rurais (de fato, onde ele primeiro se firmou). Ele ignora o papel da teologia da libertação, mesmo minoritário. Mas mais do que tudo, ele ignora os grandes movimentos urbanos na América Latina, Ásia e África, a irem do extremo conservadorismo ao radicalismo, mas de forma prevalente no lado progressista. De fato, Davis repete a ficção de haver algo naturalmente radical sobre organizações do proletariado industrial e algo naturalmente conservador sobre as lutas urbanas, ou do “consumo”, outra manifestação do dualismo simplista (como promovido por CASTELLS, 1977; SAUNDERS, 1986). Esse mito deveria ter desaparecido nas rebeliões de 1968, mas continua surgindo mesmo quando movimentos dos pobres urbanos no Brasil, Índia e México mantêm sua resiliência, e outras forças marginais como o Exército Separatista Zapatista, o Movimento dos Sem-Terra brasileiro e os movimentos das *townships*, na África do Sul, aparecem liderando a luta global contra o neoliberalismo estrutural. Uma visita a algumas reuniões do Fórum Social Mundial poderia, rapidamente, informar aos acadêmicos sobre quaisquer noções trabalhistas ainda sobreviventes da era do capitalismo industrial. O trabalho organizado claramente faz parte dos movimentos contra o capitalismo global, mas o trabalho, por si só, permanece fragmentado e politicamente dividido. Parte do trabalho organizado tem sido um constante aliado do reacionarismo global. Por exemplo, a “nova” AFL – CIO ainda está recebendo dinheiro do governo dos EUA para subverter o unionismo militante no mundo todo (BACON, 2003), sua participação nas ações “antiglobais”, tais como em Seattle tem sido bem limitada, na melhor das interpretações.

A visão apocalíptica do mundo de Davis estende-se aos movimentos da esquerda e progressistas, nos quais ele parece considerar apenas como legítimas as organizações de classes industriais tradicionais. Davis aponta, com algum pesar, na direção da reemergência do populismo, como Chavez na Venezuela, como um produto

da “informalidade” urbana, como se dissesse – uma vez mais – que a cidade está produzindo um desastre a mais. Em primeiro lugar, Chavez, como um fenômeno político, é muito mais complexo (ELINER; HELLINGER, 2003). Somando-se ao apoio que recebe dos *barrios* das grandes cidades da Venezuela, ele tem uma grande base de apoio das elites militares, e subiu ao poder na esteira de um extenso protesto da classe trabalhadora contra a reestruturação neoliberal. Ele está sendo antagonizado pela *lumpen bourgeoisie* (usando o termo definido por Andre Gunther Frank), uma classe média não-satisfeita com o rápido declínio da renda do petróleo e do ganho real, e uma federação sindicalista industrial corrupta que teve um papel central no complô dos EUA para deposição de Chavez. Embora ele seja, em parte, uma nova versão do velho *caudilho*, um elemento familiar na política latino-americana, e suas ambições revolucionárias estejam ainda por serem colocadas em prática, os argumentos que simplesmente colocam líderes e suas bases sociais em certas categorias não devem ser levados em consideração pelos progressistas, e sim deixados por conta da Casa Branca de George Bush, onde são muito apreciados.

Para aonde vai o novo regionalismo?

Há um regionalismo progressista emergente, uma abordagem inclusiva para a metrópole que esteja promovendo mudanças sociais significativas? Certamente, há tendências ao regionalismo progressista, como sugeriram Kipfer & Wirsig (2004). Talvez não seja um “movimento emergente”, como Sites (2004) sugere. Mas os sinais não são ainda suficientemente claros, e não me parece estejamos testemunhando algo longe de um movimento em âmbito local e também global. Como alguns dos autores citados acima têm dito, muito do que se escreve sobre o regionalismo progressista parece ser teórico e normativo e ainda está por aparecer, para avançar essa causa, um poderoso movimento político ou social, seja de base, seja de cima para baixo.

Mas há, ainda, uma nota de cautela. Muito do que está escrito sobre o regionalismo progressista é dirigido para a experiência das metrópoles dos EUA e da Europa. Os problemas de dispersão e fragmentação da metrópole estão enraizados nos problemas relacionados ao regime dos EUA. O *smart growth*, o novo urbanismo e o desenvolvimento orientado pelo tráfego estão entre as respostas principais, mas enquanto eles se enraizaram entre a camada profissional e gerencial, ainda não entusiasma as massas, e estão longe de tornarem-se uma força significativa na remodelação da metrópole como um todo. Diferentemente dos EUA, a Europa, historicamente, tem tido diversas tendências de planejamento regional diferentes entre si, inclusive o planejamento de múltipla escala em países como a Holanda e a Suécia, por exemplo, *l'amanagement du territoire* na França, e as novas cidades britânicas. Entretanto, os EUA não estão caminhando na direção de um modelo próprio ao continuar a planejar para e pela construção de rodovias, pela mobilidade de empregos e moradia, e diante da redução dos benefícios sociais do Estado. Nos últimos anos, os planejadores europeus têm falado sobre planejamento de cidades compactas – uma versão continental do *smart growth*. Ainda assim, a consciência em âmbito metropolitano na Europa continua a ser um fenômeno mais do círculo de profissionais do que na realidade dos movimentos políticos e sociais. Um verdadeiro regionalismo progressista ainda está à espera do amadurecimento de movimentos políticos locais e nacionais os quais propiciem a formação de uma forma viável de coalizões metropolitanas e internacionais.

Se houver um movimento para o regionalismo progressista, ele terá de acontecer de baixo para cima porque as elites governantes têm todas as razões institucionais para evitá-lo, e os profissionais são, simplesmente, incapazes quando não estão

ligados às forças políticas dinâmicas. O potencial existe na base, mas há um tempo para seu amadurecimento. Em Nova York, por exemplo, uma coalizão de bairros no Brooklyn se formou para protestar contra a reconstrução de uma seção de 2,6 milhas de uma rodovia elevada, mas pôde somente ganhar a luta quando levou em consideração o problema do sistema regional de rodovias, do qual essa seção era uma parte crítica. Fazendo isso, eles ajudaram a fortalecer uma coalizão por toda a região na luta pelo planejamento sustentável do transporte. Também em Nova York, organizações de bairro ligadas à justiça ambiental se juntaram para combater a proliferação das estações de transferência de lixo em suas vizinhanças e lançaram uma campanha de sucesso para mudar as políticas de manejo do lixo de toda a cidade, porque essa era a única maneira que lhes permitiu ganhar a luta. Essa cidade de 8 milhões de pessoas é maior do que a maioria das metrópoles dos EUA, e embora essa luta não tenha envolvido toda a região, ficou bem perto disso.

Entretanto, a essa altura os movimentos urbanos progressistas não têm poder suficiente para formar coalizões estáveis no âmbito metropolitano que possam desafiar, com sucesso, os interesses entrincheirados dos empreiteiros, proprietários e beneficiários das práticas fiscais e de zoneamento excludentes. Nos EUA, raça continua sendo um divisor histórico e, até haver um sério esforço nacional para enfrentar esse divisor racial, de baixo para cima e de cima para baixo, não haverá progresso na direção do regionalismo progressista. Mas há outro fator crítico que limita a emergência das forças progressistas. Há um constante esforço das organizações de base para consolidar o controle sobre suas áreas, constantemente ameaçado pelos interesses conservadores, pelas burocracias do planejamento e gerenciadores, que assumem as noções do século 20, do planejamento racional abrangente. Algumas dessas organizações de base são progressistas e algumas nem tanto; de fato, elas abrangem todo o mapa político.

A situação é contraditória e está em fluxo, em todas as partes no mundo. Por exemplo, Roma (Itália), uma metrópole com quase 3 milhões de pessoas, tem tido, tradicionalmente, um forte governo municipal cobrindo toda a região urbanizada. Com a recente descentralização na Itália, foram criadas municipalidades separadas, dentro de Roma, e um novo governo regional foi estabelecido, englobando uma grande área do interior, mas o governo municipal permaneceu intacto. Organizações progressistas de base, inclusive locatários, invasores, novos imigrantes e todos aqueles que se opõem à desocupação, estão vendo essa nova estrutura como uma oportunidade para uma renovação democrática, mas também as organizações conservadoras de proprietários de imóveis e grupos abertamente contra novos imigrantes. O governo municipal, de tendência esquerdista, provavelmente será um elemento importante em uma coalizão progressista que envolva toda a área metropolitana, porém ele não poderá nunca construir sozinho uma base política sólida o suficiente para uma coalizão progressista. Tudo o que faz é mediado por uma miríade de partidos políticos que definem a agenda nos saguões das agências locais executivas e legislativas, não por tomadas de decisão democráticas, mas por incessantes negociações, conversas e acertos de fundo de escritório. A herança de um regime político e de planejamento altamente centralizado, de inspiração napoleônica, pesa muito, e a participação das organizações de base ainda tem uma legitimidade limitada, e suas raízes institucionais são relativamente fracas.

Distanciando-se dos EUA e da Europa, na direção do “planeta de comunidades”, onde a maioria da população metropolitana vive, há sinais tanto de esperança quanto de desespero. O aparato de planejamento centralizado da China tem abandonado o planejamento regional em favor do desenvolvimento imobiliário e o

Vietnã parece estar seguindo os mesmos passos. A herança que o planejamento britânico deixou para a Índia não tem qualquer significado regional, democrático ou não, e a burocracia de planejamento continua a ser um obstáculo para a emergência de um novo regionalismo democrático. Antigas colônias, por meio da Ásia, África e América Latina continuam a ser infestadas com a herança do planejamento extremamente dividido entre planejamento formal, para os bairros ricos da elite, e planejamento informal, para a maioria sem ajuda do Estado, ou em oposição a este. As estruturas de governança regional e de planejamento extremamente centralizadas, herdadas da era pré-capitalista e colonial, têm sido quebradas em parte como resultado da reestruturação neoliberal, mas não há, ainda, nada que esteja emergindo como uma forte alternativa de base metropolitana. Há sinais promissores em diversos países. Por exemplo, no Brasil, o Partido dos Trabalhadores conseguiu o poder como uma coalizão abrangente entre grupos comunitários e de operários. Começaram reformas progressistas municipais, como o orçamento participativo, e estão tomando providências em relação às condições de vida nas favelas das maiores áreas metropolitanas do país. Entretanto, as divisões intrapartidárias refletem a tensão entre grupos comunitários de base, lutando por uma maior igualdade, e a camada da elite ligada à expansão do capitalismo e às reformas neoliberais. As tensões também refletem a crescente diversidade social dentro das favelas.

Há muitos exemplos, em número muito grande para ser mencionado aqui; meu objetivo não é ser exaustivo, mas colocar uma questão aos acadêmicos para se dedicarem a estudar mais a fundo, particularmente nos EUA e na Europa. Vamos examinar as experiências dos movimentos urbanos de base, a governança local, e as ONGs progressistas pelo mundo, procurando por reformas que estejam dirigidas às desigualdades estruturais, e não somente ao vago objetivo do Banco Mundial, de “reduzir a pobreza”. Vamos deixar para a ONU a tarefa de contar o número de pessoas que moram em cidades e em favelas, e focalizarmo-nos nas metrópoles, nas desigualdes dentro e entre áreas metropolitanas, e aos movimentos sociais e políticos engajados na luta contra elas.

Tom Angotti

Professor de Assuntos Urbanos e Planejamento no Hunter College, City University, Nova York. É editor, para as Américas, da revista *Planning Practice & Research*, co-editor da revista *Progressive Planning Magazine*, editor participante da *Latin American Perspectives* e escreve uma coluna mensal sobre uso do solo no www.gothamgazette.com. Ele é o autor do livro *Metropolis 2000: Planning poverty & politics* (Routledge, 1993).
tangotti@hunter.cuny.edu